

## 1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

### Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – Segeth, é responsável pelo planejamento urbano do Distrito Federal, criada em 2015, por meio do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, tem como competência o ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana, gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, estudos, projetos e criação de áreas habitacionais, planejamento da política habitacional, planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas, aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

Vinculada à Segeth há a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab, empresa pública que executa os programas de construção de moradias populares e disponibiliza postos de assistência técnica em comunidades carentes para promover as melhorias necessárias nos projetos urbanísticos de residências e áreas comuns dessas localidades.

No ano de 2016, o Governo do Distrito Federal, somada à necessidade de um melhor equacionamento e integração das ações de planejamento habitacional e de gestão urbana, de forma participativa, democrática e transparente, com visio no aprimoramento e agilidade no atendimento ao cidadão, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH foi reestruturada, a partir da publicação do Decreto nº 37.224 de 31 de março de 2016.

Em 15 de setembro de 2016, com a criação da Secretaria de Estado das Cidades - SECID por meio do Decreto nº 37.625, a Subsecretaria de Ordenamento das Cidades que integrava a estrutura da SEGETH, foi transferida para a SECID, além da coordenação e supervisão das ações das Administrações Regionais.

Com isso, os vinculados à estrutura da SEGETH atualmente são: o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB; Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB; e o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan.

Cabe ressaltar ainda o Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB sob a gestão desta Secretaria.

Por fim, visando aprimorar constantemente os serviços prestados à sociedade, o Planejamento Estratégico Institucional apresenta o Mapa Estratégico a seguir, que é a representação visual da estratégia da Instituição, onde apresenta a missão, visão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucional.

Mapa Estratégico para a SEGETH



### FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	24	52	24	28	128
Comissionados sem vínculo efetivo	53	174			227
Requisitados de órgãos do GDF	22	39	1	11	73
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários			10	42	52
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango			30	10	40
Terceirizados (FUNAP)			10		10
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos	40				40
<b>Total Geral</b>	<b>59</b>	<b>266</b>	<b>75</b>	<b>91</b>	<b>491</b>

## 2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

### 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE

#### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>5952,0</b>	<b>86500,00</b>	<b>86500,0</b>	<b>86500,0</b>
5205 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5952,0	86500,00	86500,0	86500,0
<b>3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL</b>	<b>5000,0</b>	<b>118529,25</b>	<b>118529,25</b>	<b>118529,25</b>
0001 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL--DISTRITO FEDERAL	5000,0	118529,25	118529,25	118529,25
<b>2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>5000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0003 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
<b>3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>5000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0001 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
<b>4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS</b>	<b>5000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
5756 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
<b>2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO</b>	<b>558320,0</b>	<b>956120,0</b>	<b>956120,00</b>	<b>940417,59</b>
0015 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO-SECRETARIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	558320,0	956120,0	956120,00	940417,59
<b>4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS</b>	<b>1000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0003 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
<b>3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS</b>	<b>1000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0002 - MELHORIAS HABITACIONAIS--DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
<b>TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO DA GENTE</b>	<b>586272,00</b>	<b>1161149,25</b>	<b>1161149,25</b>	<b>1145446,84</b>

2557 - Os gastos relacionados a ação Gestão da Informação e dos sistemas de tecnologia da informação foram referentes a aquisição de equipamentos de digitalização de documentos de alta produção de forma a atender as demandas do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

3145 - Quanto a ação de Aprimoramento e integração dos instrumentos de planejamento territorial foi realizado serviço de elaboração do desenho metodológico para a realização da 6ª Conferência Distrital das Cidades. Também foi reconhecida a dívida de contrato de 2009 com a empresa que prestou serviços de consultoria técnica especializada com vistas à elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB.

Em relação aos Conselhos, foram realizadas 13 reuniões com o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN, com 32 decisões aprovadas; 5 reuniões com o Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, com 9 resoluções publicadas, 3 reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF, 19 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE.

Destacamos ainda a realização de 3 Audiências Públicas, 2 Consultas Públicas e 20 Reuniões Públicas, além das 12 reuniões da Câmara Técnica do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, com vistas a contribuir na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano no âmbito do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, e na elaboração da minuta do Projeto de Lei Complementar- PLC PPCUB.

O contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF foi renovado e tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida mediante a ressocialização a partir do desenvolvimento de trabalhos administrativos no órgão. O contrato conta com a disponibilização de 10 (dez) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricitista, manutenção hidráulica e copeiragem.

Quanto à capacitação, informamos que não houve empenho para tal finalidade. Todos os cursos realizados ocorreram sem custos.

Cursos Presenciais pela EGOV	Quantidade De Servidores Capacitados
Processo Disciplinar - Turma 1	1
Licitações e contratos: Lei nº 8.666/93 - Turma 1	1
Lei Complementar nº 840/2011 - Turma 2	1
Gestão de fiscalização de contratos	1
Elaboração de projeto básico e termo de referência - Turma 2	1
Gestão de fiscalização de contratos - Turma 3	1
Acompanhamento e fiscalização da execução de contratos - Módulo 2: teoria - Turma 1	4
Elaboração de projeto básico e termo de referência - Turma 4	3
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - GEFIP_SEFIP 8.4 - Turma 1	1
Licitações e contratos: Lei nº 8.666/93 - Turma 2	2
Gestão de fiscalização de contratos - Turma 5	1
Redação Oficial - Turma 2	2
Capacitação na ferramenta do SIGRHWEB - Extrator de Dados - Turma 1	2
Programa de desenvolvimento de líderes públicos do governo do DF - Trilha 1 - Turma 1	1
Sistema de Concessões e Permissões (SICP) - Turma 3	1

Conferência da Folha de Pagamento - Turma 2	1
Regime Próprio de Previdência Social - Turma 1	1
Certidão de Tempo de Serviço e de Contribuição - Turma 2	1
Programa de formação em ouvidoria - Módulo: comunicação no ambiente de ouvidoria - Turma 1	1
Relações Interpessoais - Gestão das Emoções nas Organizações - Turma 1	1
Programa de formação em ouvidoria - Módulo: Iniciação em ouvidoria - Turma 1	1
Lei Complementar nº 790/2008 com ênfase em aposentadorias e pensões e compensação previdenciária - turma 1	1
III Semana de Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Controle - Grupo 1 - Turma 1	1
Processo Disciplinar - Turma 3	2
Sistema Corporativos de Gestão de Contratos (e-CONTRATOSDF)	1
Modelagem de Processos Organizacionais - Nível 1 - Turma 1	26
Certidão de tempo de Serviço e de Contribuição no SEI - Turma 3	2
Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - Módulo Usar - Turma 43	24
Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - Módulo Usar - Turma 45	1
A Política sobre drogas no contexto laboral - A saúde mental do servidor no Distrito Federal - Turma 1	1
Sistema Eletrônico de Informação (SEI) - Módulo Administrar - Turma 13	2
Regime Próprio de Previdência Social - Turma 2	1
Sistema de Identificação de Concessões e Permissões (SICP) - Turma 6	1
Elaboração de projeto básico para contratação direta de curso - Turma 1	1
Relações Autênticas - através da Comunicação não Violenta - Turma 4	1
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>

<b>Palestras, Congressos e Seminários pela EGOV</b>	<b>Quantidade de Servidores Capacitados</b>
Palestra: Programa de orientação a aposentadoria - Turma 1	4
Palestra: Código da Influência - Turma 1	2
Workshop: Sistema Corporativo de Gestão de Contratos (e-CONTRATOSDF) - Turma 8	1
Seminário: Conflitos, comunicação e semiótica - Turma 1	3
Workshop sobre a legislação e aplicabilidade da Lei de Acesso a Informação (LAI) - Turma 3	3
Workshop sobre a legislação e aplicabilidade da Lei de Acesso a Informação (LAI) - Turma 4	5
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

<b>Afastamentos para estudo</b>	<b>Quantidade de Servidores</b>
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo	1
Doutorado em Governança Conhecimento e Inovação	1
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	1
Mestrado Profissional em Arquitetura e Urbanismo	1
Políticas Urbanas e Gestão de Programas Sustentáveis para Cidades Inteligentes	1
Curso de Extensão Drenagem Urbana do DF	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Ressalta-se também a parceria com o Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo - LaSUS/UnB, para desenvolvimento de Curso de Extensão de Diretrizes para Avaliação do Conforto Ambiental e Desempenho da Edificação em EIVs para 20 servidores da Segeth.

No tocante às licitações executadas ou em andamento:

Quadro I - Pregões Eletrônicos

Processo	Número do Pregão Eletrônico	Descrição	Quantidade de Itens/Lotes	Itens Fracassados/cancelados/revogados	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
00390-00011643/2017-71	01/2018	Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de planejamento, organização, execução e acompanhamento de eventos institucionais (plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas)	2	1	R\$ 2.065.459,44	R\$ 511.833,00	R\$ 667.809,08	56,61
00390-00009130/2017-08	02/2018	Aquisição de 700 (setecentas) licenças de solução de antivírus (antimalware) de forma a prover segurança e proteção para computadores desktops, notebooks e servidores de rede para os sistemas operacionais existentes na SEGETH.	1	0	R\$ 68.187,00	R\$ 52.304,00	R\$ 15.883,00	23,29
00390-00011925/2017-78	03/2018	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de design editorial, revisão, ilustração, diagramação, projeto gráfico, impressão, acabamento, manuseio, embalagem de publicações (7 volumes de livros com 500 exemplares de cada volume) e confecção e impressão de 250 (duzentos e cinquenta) boxes.	2	0	R\$ 333.321,25	R\$ 115.990,00	R\$ 217.331,25	62,2
00390-00003064/2018-35	04/2018	Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de sonorização com gravação digital de áudio, de gravação de áudio, elaboração de atas, filmagem digital com edição de imagens e cobertura fotográfica, nos eventos institucionais (plenárias, conselhos consultivos, conselhos deliberativos, câmaras técnicas e temáticas, workshops, oficinas, conferências, grupos de trabalho, comissões, seminários, fóruns, apresentações de dirigentes, entrevistas, premiações, audiências e consultas públicas e outras reuniões importantes e/ou estratégicas)	12	0	R\$ 841.287,02	R\$ 495.100,00	R\$ 346.187,02	41,15
00390-00001575/2018-12	05/2018	Aquisição de materiais de consumo - suprimentos para impressão (impressoras, multifuncionais e plotters) e ferramentas para uso na manutenção e suporte da rede de dados.	28	11	R\$ 60.669,69	R\$ 35.279,04	R\$ 5.627,97	13,75
00390-00009142/2017-24	06/2018	Aquisição de Equipamentos de Impressão e Digitalização com fornecimento inicial de suprimentos e garantia mínima geral de 48 (quarenta e oito) meses na modalidade "on-site".	2	1	R\$ 145.985,78	R\$ 86.500,00	R\$ 4.490,79	4,93
00390-00001413/2018-84	07/2018	Aquisição de equipamentos para modernização do Centro Computacional (datacenter).	3	3	R\$ 516.739,38	R\$ -		
00390-00009076/2017-92	08/2018	Aquisição de diversos softwares gráficos para atender demandas específicas das Unidades de Planejamento e Gestão Urbana, bem como no tratamento de arquivos do formato pdf (portable documentfile) para uso no SEI – Sistema Eletrônico de Informações.	8	1	R\$ 148.875,23	R\$ 105.009,00	R\$ 35.707,03	25,38
00390-00001988/2018-05	09/2018	Aquisição de Equipamentos de Plotagem e Digitalização em formato A0/A1, colorida, com fornecimento inicial de suprimentos e garantia mínima de 12 (doze) meses na modalidade "on-site".	1	1	R\$ 22.618,52	R\$ -		
00390-00004414/2018-81	10/2018	Aquisição de materiais de consumo - suprimentos para impressão (multifuncionais e plotters).	4	0	R\$ 19.431,17	R\$ 18.505,00	R\$ 926,17	4,77
00390-00001683/2018-95	11/2018	Aquisição de 80 (oitenta) pacotes de folhas de Papel Especial.	1	0	R\$ 18.164,80	R\$ 15.299,20	R\$ 2.865,60	15,78
00390-00007866/2017-33	12/2018	Aquisição de materiais e acessórios de topografia (tintas, estacas e piquetes, marcos de concreto, plaquetas de identificação, ferragens e ferramentas, leitora de cartão USB, adesivo base e acessórios para equipamentos de topografia).	29		R\$ 27.953,51	Em andamento		
00390-00002945/2018-39	13/2018	Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos.	9		R\$ 8.647,04	Em andamento		
00390-00001609/2018-79	14/2018	Aquisição de mobiliário para modernização da Mapoteca.	3		R\$ 198.496,38	Em andamento		
<b>Total</b>			<b>105</b>	<b>18</b>	<b>R\$ 4.475.836,21</b>	<b>R\$ 1.435.819,24</b>	<b>R\$ 1.296.827,91</b>	<b>47,46</b>
					<b>R\$ 2.732.647,16</b>			

Quadro II - Cotações Eletrônicas

Processo	Número da Cotação	Descrição	Quantidade de Itens	Itens Fracassados/cancelados	Valor Estimado	Valor Homologado	Economia*	% de economia
00390-00000092/2018-09	01/2018	Aquisição de 105 (cento e cinco) Bobinas de Papel Sulfite de 75gr, medindo 914mm/50m.	1		R\$ 4.169,34	R\$ 4.114,95	R\$ 54,39	1,30
00390-00012111/2017-51	02/2018	Aquisição de uniformes para os reeducandos da FUNAP.	3	3	R\$ 830,88	R\$ -		
00390-00001685/2018-84	03/2018	Aquisição de Pen drive e Cartão de Memória	2		R\$ 1.581,66		Em andamento	
00390-00003647/2018-66	DISPENSA	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços telefônicos de (chamadas de longa distância), nacionais (interurbanas), originadas de telefone fixo comutado (STFC), oriundas do Distrito Federal, com Discagem Direta a Ramal – DDR.	2		R\$ 1.091,52	R\$ 993,60	R\$ 97,92	8,97
<b>Total</b>			<b>8</b>		<b>R\$ 7.673,40</b>	<b>R\$ 5.108,55</b>	<b>R\$ 152,31</b>	<b>2,90</b>

\*Obs: Para apuração da economia e do % de economia foram retirados os valores estimados dos itens fracassados/cancelados/revogados. Ou seja, no valor estimado consta o valor estimado da licitação, porém na economia só levamos em consideração o valor estimado dos itens homologados.

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Alcançado em 3º Ano	Origem/Fonte
1414 - DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	30/04/2012	BIANUAL	108.657	-	97.791	73.213	88.012	.	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2
<b>Justificativa:</b> 2016 - Não foi apurado e será revisado. 2017 - Polaridade: Quanto menor melhor. O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo 236.578 - 163.365 = 73.213. 2018 - Indicador necessita ser trocado para refletir melhor o objetivo. Novo indicador deverá ser: Domicílio em projetos de regularização fundiária/Total de domicílio em ARIS e ARINE no DF.											
1713 - PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS	%	44,42	31/12/2016	ANUAL	-		34,7	34,68	24,19	30,98	SEGETH/CODHAB/IDE/UO 28101/OE 1
<b>Justificativa:</b> 2017 - Polaridade: Quanto menor melhor. Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado. O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017. 2018 - A redução ficou aquém da meta em virtude do aprimoramento da base de dados que subsidia o indicador. Esse aprimoramento significou um aumento do nº de terrenos situados em ARIS em relação à medição anterior, ou seja, uma elevação do denominador da fórmula de cálculo. Esse indicador possui inadequações metodológicas: considera o passivo de escrituras entregues pela CODHAB em relação ao nº de terrenos identificados na restituição de 2016/2017.											
1714 - POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA	KM/1000 HAB	33,43	31/07/2017	ANUAL	-		34,76	33,43	38,24	33,85	SEGETH/PDAD/PNAD/CODEPLAN/UO 28101/OE 1
<b>Justificativa:</b> 2017 - Polaridade: Quanto maior melhor. Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão. 2018 - Limitação identificada: Anualmente são usados os dados populacionais da PNAD que só pode ser feita para o DF observando o todo. Com esses dados pode ser desagregado por RA, porém essa pesquisa é feita somente bianualmente. Observações: a) Os dados quanto à infraestrutura de mobilidade ativa foi retirada do Siturb, do shape de linhas que permite cálculo da extensão em quilômetros (sde.siturb.NOS_URBANOS_COMPLETO_LINHAS), caso o shape não esteja atualizado a extensão pode estar desatualizada.											

## 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA</b>	<b>1444,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0001 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA-- PLANO PILOTO .	1444,0	0,00	0	0
<b>TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL</b>	<b>1444,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3068 - O 8º Fórum Mundial da Água foi realizado no ano de 2018, e não houve execução pela SEGETH em 2018.

## 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA</b>	<b>197177,0</b>	<b>171600,00</b>	<b>171600,00</b>	<b>154054,77</b>
0021 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	197177,0	171600,00	171600,00	154054,77
<b>TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>	<b>197177,00</b>	<b>171600,00</b>	<b>171600,00</b>	<b>154054,77</b>

2426 - O contrato com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF foi renovado e tem por objetivo contribuir para a recuperação social do preso e a melhoria de suas condições de vida mediante a ressocialização a partir do desenvolvimento de trabalhos administrativos no órgão. O contrato conta com a disponibilização de 10 (dez) reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricista, manutenção hidráulica e copeiragem.

## 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP</b>	<b>1000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,0	0	0
<b>TOTAL - 6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL</b>	<b>1000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

3279 - Não houve execução em 2018 na ação Implantação da estrada parque transbrásília - PPP.

## 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA</b>	<b>2031369,0</b>	<b>762016,11</b>	<b>762016,11</b>	<b>762016,11</b>
0055 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	2031369,0	762016,11	762016,11	762016,11
<b>9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>1004565,0</b>	<b>1557856,23</b>	<b>1557856,23</b>	<b>1557856,23</b>
0052 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	1004565,0	1557856,23	1557856,23	1557856,23
<b>TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>3035934,00</b>	<b>2319872,34</b>	<b>2319872,34</b>	<b>2319872,34</b>

9041 - Até dezembro de 2018 foram realizados o pagamento de 6 licenças prêmio em pecúnia, restando ainda inscritos para pagamento 26 pessoas até 31/12/2018, conforme consta no Sistema Integrado de Gestão Governamental.

9050 - No decorrer do ano de 2018 foram realizados ressarcimentos para Polícia Civil do DF, Ministério da Saúde, Novacap, IPEA, Terracap e reconhecimento de dívida do Fundo Constitucional referente a servidores da UnB. Conforme indicado pela DIGEP, há apenas um servidor

requisitado.

Tem processo em andamento para pagamento de reconhecimento de dívida a favor do Fundo Constitucional relativo ao ressarcimento de salários de servidores que prestaram serviços a outras Secretarias absorvidas pela SEGETH.

Quanto as indenizações pagas, referem-se a abono de permanência.

## 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO

### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>53677500,0</b>	<b>48484086,45</b>	<b>48484086,45</b>	<b>48484086,45</b>
6982 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	53677500,0	48484086,45	48484086,45	48484086,45
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>984518,0</b>	<b>1821278,21</b>	<b>1821278,21</b>	<b>1821278,21</b>
7010 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	984518,0	1821278,21	1821278,21	1821278,21
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>875523,0</b>	<b>467670,69</b>	<b>467670,69</b>	<b>329756,40</b>
0131 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	875523,0	467670,69	467670,69	329756,40
<b>2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>10000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0018 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
<b>2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>8135,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
5320 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- PLANO PILOTO .	8135,0	0,00	0	0
<b>3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>15000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
9667 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO- PLANO PILOTO .	15000,0	0,0	0	0
<b>TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>	<b>55570676,00</b>	<b>50773035,35</b>	<b>50773035,35</b>	<b>50635121,06</b>

Esse programa tem por finalidade atender as ações de manutenção administrativa da Secretaria tais como pagamento de pessoal, aquisição de bens de consumo, etc.

A realização orçamentária movimentou apenas as ações 8502 – administração de pessoal, 8504 – concessão de benefício a servidores, e 8517 – manutenção de serviços administrativos gerais, com uma liberação neste programa de R\$ 50.773.035,35, com liquidação até 31/12/2018 de 99,73% deste orçamento.

Quanto as ações de conservação das estruturas físicas e edificações e ainda reforma de prédios e próprios, não houve execução devido ao fato do espaço utilizado pela SEGETH pertencer a CODHAB. Vale esclarecer que as despesas com energia elétrica, fornecimento de água, manutenção dos elevadores e da central telefônica são descentralizadas para a CODHAB como rateio das citadas despesas.

## 3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### Realizações extraordinárias.

No ano de 2018, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação desenvolveu programas relacionados ao aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, destacando alguns instrumentos normativos:

- **Lei de parcelamento:** revisão do instrumento normativo vigente – Lei nº 992/2013 e seu decreto regulamentador.

O grupo de trabalho é composto por servidores representantes das diversas subsecretarias envolvidas no processo de parcelamento do solo (SUPLAN, SUGEST, CAP/COURB) e possui a participação e coordenação da ASSESP/GAB.

A lei está sendo proposta tendo em vista as alterações advindas da Lei Federal nº 13.465/2018 e a proposta de Licenciamento Integrado.

- **PLC 139/2018 - desdobro e remembramento:** teve por finalidade preencher lacuna no ordenamento jurídico do Distrito Federal ao estabelecer parâmetros e procedimentos de análise e aprovação de atos que envolvam remembramentos de lotes ou projeções, desdobro de lotes, reversão de remembramento e reversão de desdobro.

Cumprindo o rito processual, o projeto foi enviado à casa legislativa do DF e após questionamentos feitos pela Comissão de Assuntos Fundiários – CAF/CLDF, os técnicos desta Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH verificaram a necessidade de revisar o texto apresentado no sentido de esclarecer alguns conceitos e procedimentos sugeridos anteriormente. O substitutivo já está na CLDF, tendo sido enviado no dia 07/11/18.

- **Decreto nº 39.288/2018:** dispõe sobre alteração de uso de que trata o art. 56 dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências.

Este instrumento normativo esclarece o conceito para alteração de uso de que trata o art. 56 dos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal a partir do estudo da estrutura urbanística que compõe a Tabela Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal, possibilitando avançar na conceituação de alteração de uso a que se refere o citado art. 56 da Lei Orgânica do DF, concluindo que o seu rito somente é aplicável aos casos de mudança entre os 06 usos definidos na Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal.

- **Projeto de Lei Complementar nº 132/2017,** que dispõe sobre a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS.
- **Decreto nº 39.122/2018** que trata do Programa Nosso Quadrado para realização de benfeitorias e manutenção de mobiliários urbanos e logradouros.
- **Decreto nº 39.151,** proposição de regulamento que trata da aplicação da Outorga Onerosa de Alteração de Uso de transformação da destinação do solo de rural para urbano.
- **Decreto nº 39.272,** que regulamenta o Código de Obras e Edificações – COE.
- Regulamentação da gestão compartilhada das Áreas de Proteção de Manancial – APM.
- Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- Regimento e Regulamento da 6ª Conferência Distrital das Cidades.
- Minuta do Decreto do Programa de Locação Social.

- Publicação do Decreto nº 39.037/2018 com definição de 9 poligonais de PUIs reconhecidos como urbanos e consolidados.
- Elaboração da Lei Complementar nº 946/2018, que estabelece parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Recreação Pública Norte – SRPN da Região Administrativa do Plano Piloto – RA I.
- Quanto ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV, foram elaborados os seguintes pareceres técnicos:
- Expansão do Metrô – Asa Norte/Ceilândia/Samambaia, referente à expansão da linha 01 do Metrô em Samambaia/DF.
- Praça Capital (Edificação para Habitação e Comércio) – SAI – Trecho 01, Lotes 630 a 780.
- Shopping Araucárias – Ruas 16 e 17Sul – Águas Claras – Termo de Referência emitido em 10/09/2018.

A SEGETH é responsável por definir as Diretrizes Urbanísticas (DIUR) para novos parcelamentos urbanos. Isso acontece de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, e sua atualização, Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Cada DIUR é um documento oficial que dispõe sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para orientar a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2018, as seguintes diretrizes foram emitidas:

- Região Sul de Planaltina.
- Eixo de dinamização da Via Transbrasília.
- Setor Habitacional da Ceilândia.
- Região do Setor Habitacional Porto Seguro.
- Região Sul/Sudoeste (DF140)
- Região de Sobradinho e Grande Colorado.
- Setor Habitacional Água Quente.
- ARINE Sucupira.
- PUI – Engenho das Lages.
- PUI – Incra 8.
- PUI – Residencial Vitória.
- PUI – Lobeiral.
- PUI – Basevi (Sobradinho).

Existem ainda as Diretrizes Urbanísticas de Parcelamento do Solo Específicas (DIUPE), que tratam do detalhamento das Diretrizes Urbanísticas (DIUR) e orientam para a elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo. No ano de 2018, as DIUPES emitidas foram:

- Chácara 17P (Planaltina)
- Núcleo Residencial DVO (SH Mestre D´Armas)
- Chácara 158 – Associação dos Condomínios Mansões Fazendários (DF 140).
- Chácara 107 B – Associação dos Condomínios Mansões Fazendárias (DF 140).
- Chácara Cobal – Agropasto Agropastoril Santa Ângela Ltda ME (DF 140).
- Chácara 361 B – Associação dos Condomínios Mansões Fazendárias (DF 140).
- DF 140
- Gleba mat. Nº 19.370 (DF 140).
- Gleba mat. Nº 19.589 (DF 140).
- Chácara Nogueira (DF 140).
- Geopetros (DF 140).
- Gleba mat. Nº 9.132 (SH Tororó).
- Fazenda Lagoa Bonita.
- Residencial Solar dos Alanos (Planaltina).

No âmbito da elaboração de projetos de urbanismo, a Coordenação de Projetos da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano está com os seguintes projetos concluídos, em andamento ou sobrestados:

- Projeto de Paisagismo da Praça Comunal I – SRIA II EQ 23-25
- Projeto de Paisagismo da Praça Comunal I – SRIA II EQ 31-33
- Projeto de Recuperação da Praça dos Orixás
- Estudo de urbanização e paisagismo da Orla Livre- Fase 1 – Etapa 2B - SHIS QL 8 e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul
- Projeto de Paisagismo do Parque do Abadião – Ceilândia
- Projeto de Paisagismo da Praça da Estação Ceilândia Centro
- Projeto de Paisagismo do Centro Urbano do Recanto das Emas
- Projeto de Paisagismo do Subcentro 400-600 do Recanto das Emas
- Projeto de Paisagismo das Quadras 100 ímpares e Subcentro Oeste de Samambaia
- Projeto de Paisagismo da Praça Internacional da Paz- Plano Piloto
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 1 de Taguatinga
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 1 do Gama
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 1 de Sobradinho
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 1 de Brazlândia
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 1 de Samambaia
- Projeto de Rota Acessível ao CEE 2 de Ceilândia
- Projeto de Rota Acessível ao Centro de Ensino CL 308 de Santa Maria
- Projeto de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 de Santa Maria
- Projeto de Rota Acessível do IFB de Samambaia à Taguatinga Sul
- Projeto de Rota Acessível ao IFB São Sebastião
- Projeto de Rota Acessível ao IFB do Riacho Fundo I
- Projeto de Rota Acessível à Feira do Guará
- Requalificação da Avenida Independência de Planaltina
- Projeto Urbanístico de ajuste de locação dos lotes 2 e 4 da Quadra 02 – SHS (URB 060/2018)
- Projeto Urbanístico de criação do lote do SAMU – Taguatinga (URB 115/2017)
- Projeto Urbanístico de relocação dos lotes 1 a 4 e 6 a 8 – EQ 31/33 – Centro Comunal II – Guará (URB 037/2018)
- Projeto Urbanístico de ampliação da área do lote D - QI 13 Lago Norte (URB 182/2017)
- Projeto Urbanístico de ampliação da área do lote D - QI 13 Lago Norte (URB 182/2017)
- Projeto Urbanístico de ajuste de locação dos Conjuntos 508-A, 509, 510 e 513 - SMPW (URB 088/2018)
- Projeto Urbanístico de criação do lote para o Terminal Asa Norte - TAN (URB 032/2016)
- Projeto Urbanístico de relocação de lotes que estão sobre a faixa de domínio da rodovia e das redes de transmissão na QI 21 do Lago Sul
- Projeto Urbanístico de Remanejamento de lote no Sudoeste Banca de revista
- Projeto urbanístico de regularização do Cemitério Sul- RA-I
- Projeto Urbanístico para regularização do lote do Estádio de Futebol de Ceilândia – Abadião
- Projeto Urbanístico para regularização do lote do Terminal Rodoviário de Sobradinho
- Projeto da Alameda Metropolitana SGCV- Guará
- Projeto de duplicação da via da QNJ- Taguatinga
- Projeto de sistema viário de ligação do Polo JK com Valparaíso de Goiás
- Projeto de via de ligação do Itapoã Parque ao Fórum do Itapoã
- Projeto de estacionamentos do Sudoeste Econômico
- Projeto de adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Polo JK em Santa Maria

- Projeto de infraestrutura cicloviária na via W5 em frente ao UNICEUB e da Via W3, conectando as vias S3 e N3
- Projeto de Requalificação do Sistema Viário da Avenida Central do Guará
- Projeto de sinalização das ciclofaixas das Avenidas Boulevares em Águas Claras
- Projeto de Sistema Viário Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Norte
- Projeto de infraestrutura cicloviária das Avenidas Boulevares e transversais de Águas Claras
- Projeto de infraestrutura cicloviária na Avenida W3, entre as vias S3 e N3- Plano +Bike
- Projeto de infraestrutura cicloviária conexão do Eixo Monumental- Setor de Autarquias Sul
- Projeto Mobilidade ativa em Ceilândia - rotas entre o IFB de Samambaia e o Pistão Norte
- Projeto Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNP 22

Em elaboração:

- Projeto de Paisagismo da Praça 711/712 Norte.
- Projeto de Paisagismo de requalificação dos Comércios Locais Sul – CLS.
- Projeto de Paisagismo do PAN 6 - Lago Norte- Projeto Orla Livre
- Projeto de Requalificação do Setor Bancário Sul
- Projeto de Requalificação do Taguacenter
- Projeto Urbanístico - Santa Maria Quadras 120, 121 e 122 (URB 117/00)
- Projeto Urbanístico - Santa Maria Quadras 416, 417 e 418, 516, 517 e 518 (URB 77/97)
- Projeto Urbanístico da QNL 20 – Taguatinga
- Projeto Urbanístico de ajuste dos lotes 8, 22 e 22-A - Setor Hípico/Setor Terminal Sul (URB 045/2011)
- Projeto Urbanístico de ajuste de locação do lote PLL (Posto Shell) – Taguatinga
- Projeto Urbanístico de adensamento da cidade do Gama por meio da criação de lotes nos espaços residuais da cidade
- Projeto urbanístico de complementação de parcelamento urbano na Quadra 901 – SGAN
- Projeto Urbanístico de Expansão de Sobradinho II – AR 21 a 25
- Projeto Urbanístico de Parcelamento da QN 206-AE 1 e AE 2 – Samambaia
- Projeto Urbanístico de Relocação do RUV na SCLS 206 - Plano Piloto
- Projeto Urbanístico do Lote da CAESB no Riacho Fundo II
- Projeto Urbanístico de regularização do lote de Centro de Ensino na QSD 33
- Projeto de infraestrutura cicloviária conexão da L2 Norte com a UnB- Plano +Bike

Sobrestados:

- Projeto Urbanístico de regularização do SAFN- Corpo de bombeiros, Polícia Federal e Secretaria da Juventude - Plano Piloto

Em relação aos projetos edífícios desenvolvidos pelo Escritório de Projetos diretamente ligado ao Gabinete, os seguintes projetos foram desenvolvidos:

- Projetos Complementares do Centro de Ensino Médio 10 da Ceilândia;
- Projetos Complementares do Centro de Ensino Médio do Paranoá Parque.
- Projeto de Arquitetura do Posto Avançado Lacustre.
- Projeto de Arquitetura e Paisagismo da Praça Caminho das Águas de São Sebastião.
- Projeto de Arquitetura do Centro de Ensino Fundamental do Paranoá Parque
- Projetos de recuperação estrutural do módulo escola do CASE Gama
- Projeto da estrutura de madeira do telhado da escola do jardim Botânico
- Projeto de estrutura dos banheiros e dos reservatórios do Jardim Zoológico
- Projetos de Arquitetura e Cálculo Estrutural para recuperação do Aviário do Jardim Zoológico.

Há de se considerar também alguns estudos, documentos técnicos, desenvolvimento de ferramentas e metodologias para auxiliar no Planejamento e Gestão do Território realizados em 2018:

- Elaboração de Estudo Técnico para definição das poligonais dos PUIs reconhecidos como urbanos e consolidados
- Elaboração do Caderno de Estudo para Avaliação da criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de regularização fundiária.
- Simulações de Viabilidade Econômica com cálculo de custos para a linha de ação Locação Social.
- Estudos para definição do instrumento legal para regulamentação da Legitimação Fundiária no DF.
- Elaboração de estudo e anteprojeto de piloto de aplicação do instrumento ZEIS de reabilitação, de lotes vagos e subutilizado, da aplicação do instrumento zoneamento inclusivo edifício, do programa moradia primeiro, da linha de ação voucher eletrônico vinculados ao serviço de locação social.
- Diagnóstico e Relatório de Diretrizes para Regulamentação das Grades do Cruzeiro Novo (SHCES).
- Estudo técnico para definir alternativa para a regularização da ocupação do Lote 2 da Quadra 805 do SHCES - Centro Educacional CIMAN.
- Implantação do Sistema de Gestão de Demandas.
- Roteiro em elaboração da metodologia análise de Plano de Ocupação de Quiosques.
- Roteiro, Tabelas e Mapas da metodologia para destinação de áreas para Pontos de Entrega Voluntária – PEV (Para Entulho).
- Roteiro para metodologia para viabilidade de localização de atividades econômicas.
- Mapeamento e modelos da metodologia para análise de demandas de estacionamento, calçadas, EPC, alterações viárias.
- Mapeamento e modelos do mapeamento do processo de regularização de áreas ocupadas por templos e entidades de assistência social (LC 806/2009).
- Reuniões das Comissões de Apoio da 6ª Conferência Distrital das Cidades.
- Oficinas de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal.

Instituído o Observatório Territorial do Distrito Federal - <http://www.observatorioterritorial.segeth.df.gov.br/>, plataforma de indicadores que tem como objetivo fomentar o planejamento, gestão e pesquisa do território do Distrito Federal – DF.

Quanto aos processos de análise e aprovação de projetos de urbanismo, pode-se constatar no quadro abaixo a quantidade de processos, requerimentos, bem como a totalidade de áreas analisadas e aprovadas quanto à parcelamento do solo, regularização fundiária, áreas públicas, paisagismo, sistema viário, infraestrutura e expedientes respondidos aos demais órgãos, população em geral e órgãos de controle.

ATIVIDADES	ANALISES		APROVADOS		TOTAL	
	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA (ha)
<b>PROCESSOS E REQUERIMENTOS PARCELAMENTOS NOVOS</b>	184	4.886,45	13	1.578,11	197	6.464,57
<b>PROCESSOS REGULARIZAÇÃO</b>	167	3.504,45	14	791,97	181	4.296,42
<b>PROCESSOS ÁREA PÚBLICA</b>	219				219	
<b>PROCESSOS PAISAGISMO E SISTEMA VIÁRIO</b>	42	46,2	10	45,37	52	91,57

<b>PROCESSO INFRAESTRUTURA</b>	297		61	7,71	358	7,71
<b>EXPEDIENTES RESPONDIDOS</b>	300				300	
<b>TOTAL</b>	<b>1209</b>	<b>8.437,10</b>	<b>98</b>	<b>2.423,16</b>	<b>1307</b>	<b>10.860,27</b>

Quanto à análise de projetos edifícios, em 2018 a Central de Aprovação de Projetos atingiu uma média de 18 dias no tempo médio de primeira análise dos projetos de arquitetura, considerando que, pela legislação pertinente, o prazo máximo é de 30 dias. Abaixo constam as informações dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 (até o mês de outubro) referentes à entrada de novos projetos edifícios para análise da Coordenação de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos, bem como a quantidade de análises realizadas, projetos aprovados, quantitativo de áreas aprovadas, assim como a quantidade de projetos e áreas licenciadas.

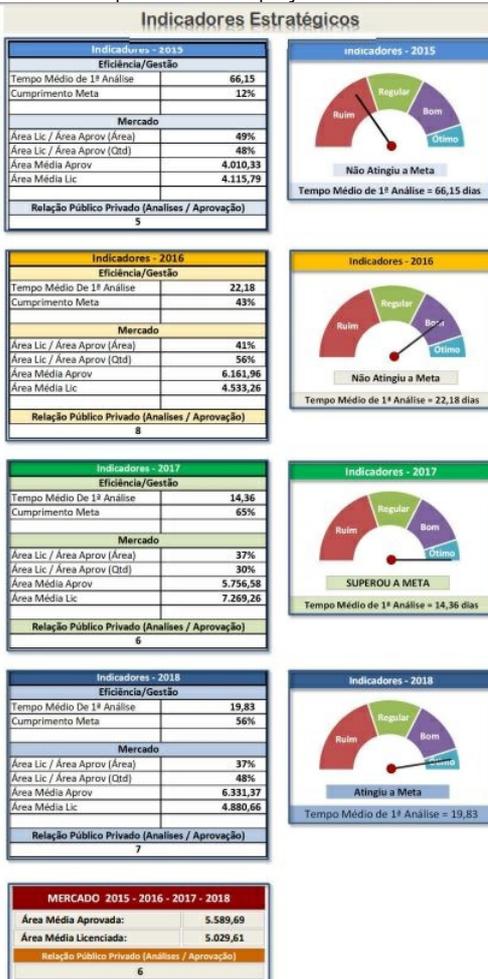
MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	ÁREA (m²)	UNITÁRIO	ÁREA (m²)
<b>ANO 2015</b>						
JAN	23	43	5	46.164,50	5	45.488,30
FEV	14	18	-	-	-	-
MAR	254	78	18	180.084,72	13	176.254,85
ABR	335	258	30	151.782,13	10	112.239,50
MAI	476	304	31	105.386,72	9	48.127,11
JUN	1195	531	67	251.237,10	23	117.677,09
JUL	1085	431	68	186.617,28	45	129.219,33
AGO	921	478	96	184.117,25	42	118.198,82
SET	747	310	67	108.595,11	42	50.424,40
OUT	132	261	78	291.311,65	25	53.629,51
NOV	116	343	83	339.825,86	42	165.793,67
DEZ	170	301	102	741.539,55	52	250.610,26
<b>Total</b>	<b>5.468</b>	<b>3.356</b>	<b>645</b>	<b>2.586.661,07</b>	<b>308</b>	<b>1.267.662,84</b>

MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	ÁREA (m²)	UNITÁRIO	ÁREA (m²)
<b>ANO 2016</b>						
JAN	95	291	63	412.252,06	35	78.260,47
FEV	150	312	51	283.817,60	32	293.721,23
MAR	162	478	44	138.989,05	41	91.684,88
ABR	145	279	48	212.550,07	32	136.227,43
MAI	106	465	80	347.255,79	35	102.752,19
JUN	130	644	97	351.657,66	36	100.519,81
JUL	197	515	35	423.960,73	35	196.048,86
AGO	144	785	60	463.194,35	28	130.575,43
SET	100	551	34	261.137,99	24	147.743,65
OUT	93	343	31	352.037,68	26	141.850,57
NOV	83	415	56	378.100,23	14	65.745,50
DEZ	90	349	48	362.132,69	22	146.843,15
<b>Total</b>	<b>1.495</b>	<b>5.427</b>	<b>647</b>	<b>3.986.785,90</b>	<b>360</b>	<b>1.631.973,17</b>

MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	ÁREA (m²)	UNITÁRIO	ÁREA (m²)
<b>ANO 2017</b>						
JAN	61	412	34	192.191,04	21	101.321,31
FEV	149	274	34	201.879,04	8	33.460,44
MAR	94	394	46	457.687,78	23	100.654,05
ABR	72	268	53	322.689,71	13	191.479,79
MAI	94	362	77	263.954,51	22	140.970,47
JUN	80	354	73	442.190,76	16	55.279,39
JUL	114	304	78	488.350,00	12	159.177,81
AGO	119	479	112	517.966,60	30	334.737,55
SET	139	359	72	510.398,51	31	137.374,55
OUT	86	427	66	445.200,80	19	231.126,56
NOV	89	344	52	144.725,38	14	101.926,59
DEZ	91	297	73	445.328,68	19	69.613,77
<b>Total</b>	<b>1.188</b>	<b>4.274</b>	<b>770</b>	<b>4.432.562,81</b>	<b>228</b>	<b>1.657.392,28</b>

MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	ÁREA (m²)	UNITÁRIO	ÁREA (m²)
<b>ANO 2018</b>						
JAN	94	293	53	266.476,83	31	221.583,92
FEV	104	254	56	318.156,13	70	510.139,37
MAR	64	301	51	584.632,96	24	161.860,80
ABR	71	273	62	261.789,77	22	42.920,59
MAI	84	345	72	407.164,84	30	80.293,89
JUN	74	477	59	273.247,76	37	118.445,36
JUL	124	484	58	310.212,07	29	140.816,73
AGO	82	321	57	297.063,79	26	150.815,42
SET	105	466	66	337.352,51	18	89.615,91
OUT	99	518	67	482.301,59	25	79.425,30
NOV	161	536	40	334.270,51	13	58.627,85
DEZ	188	348	60	565.424,45	22	166.833,93
<b>Total</b>	<b>1.250</b>	<b>4.716</b>	<b>701</b>	<b>4.438.293,21</b>	<b>339</b>	<b>1.654.545,14</b>

MÊS	ENTRADA DE NOVOS PROJETOS	ANÁLISES	APROVAÇÃO		LICENCIAMENTO	
			UNITÁRIO	ÁREA (m²)	UNITÁRIO	ÁREA (m²)
<b>Total Geral</b>	<b>9.401</b>	<b>17.773</b>	<b>2.763</b>	<b>15.444.304</b>	<b>1.235</b>	<b>6.211.573</b>

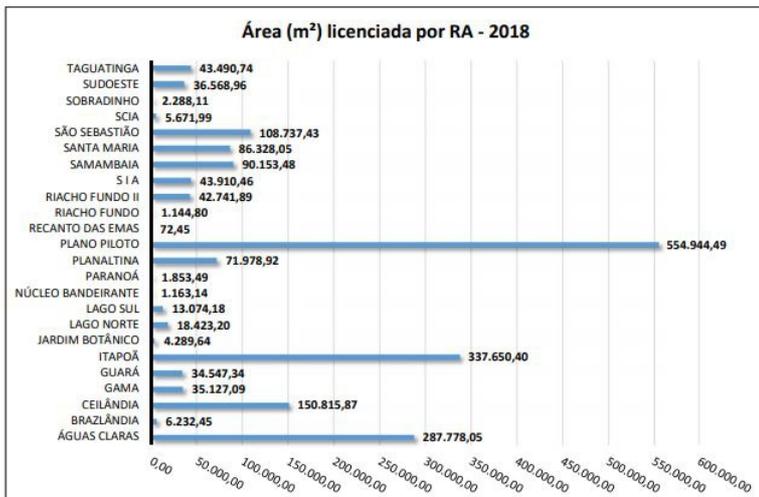
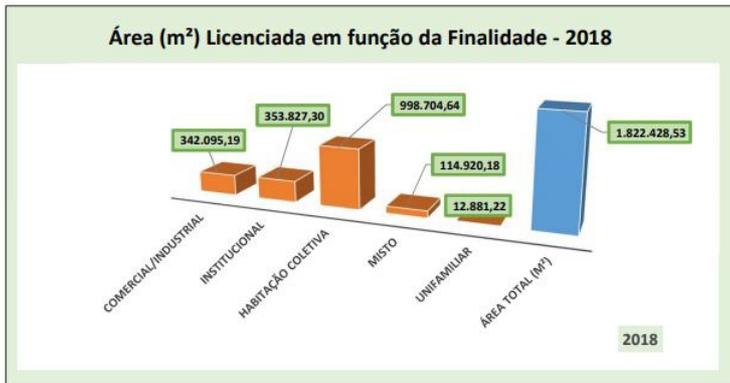


Observações do quadro acima:

- Os 645 projetos aprovados em 2015, incluem Tipo Unifamiliar, de aprovação simples e área menor. Tais projetos voltaram a competência das Administrações Regionais.
- Os projetos cuja aprovação não resultam em acréscimo de área, não têm suas respectivas áreas computadas.
- Nos projetos de modificação com acréscimo de área, são computadas apenas a área acrescida.
- Cumprimento de meta é razão entre a entrada de processos e a aprovação de projetos.

Em relação aos alvarás emitidos, apresenta-se a seguinte situação:







**Arredação:**

Código	Discriminação da Arrecadação	Valor Arrecadado (R\$)	Valor Inscrito em Dívida Ativa (R\$)	Valor Total (R\$)
3695	CCDRU	R\$857.204,32	R\$0,00	R\$857.204,32
4120	ODIR	R\$1.116.969,36	R\$750.604,15	R\$1.867.573,51
4132	ONALT	R\$11.676.744,32	R\$10.031.775,04	R\$21.708.519,36
5907	CMU	R\$3.232.674,02	R\$0,00	R\$3.232.674,02
3131	TAPUME	R\$98.409,44	R\$0,00	R\$98.409,44
3573	TAXA DE EXPEDIENTE	R\$10.436,13	R\$0,00	R\$10.436,13
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$16.992.437,59</b>	<b>R\$10.782.379,19</b>	

No ano de 2005 o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, ajuizou a Ação Civil Pública nº 2005.01.1.090580-7 com o intuito de evitar que o Governo do Distrito Federal autorizasse ou licenciasse construções em espaços dentro de trinta metros nas APP do Lago Paranoá.

Juntamente a isto, o MPDFT também cobrou uma desobstrução total da orla na expectativa de promover sua preservação e manutenção das funções ecossistêmicas, com remoção das ocupações ilegais existentes nas áreas públicas nos Lagos Sul e Norte.

No ano de 2011 o julgamento deste processo foi concluído, condenando o Distrito Federal a realizar (i) o Plano de Fiscalização e Remoção de Construções na área de preservação permanente - APP do Lago do Paranoá; (ii) o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas na APP; (iii) o Projeto de Zoneamento e Plano de Manejo da APA do Lago Paranoá; e (iv) o Plano Diretor Local para os Lagos Sul e Norte. Essa decisão, no entanto, não pautava, de forma direta, as possibilidades de ocupação do espaço que seria reorganizado, liberado. Ela apontava para uma solução de vinculação da ocupação da orla a um Plano Diretor para os bairros Lago Sul e Lago Norte. Até o início desta gestão, nada ainda havia sido feito no sentido de dar cumprimento à decisão judicial.

O processo transitado e julgado, levava em consideração a Lei nº 4.771/65 e a Resolução CONAMA nº 302/2002, que estabelecem uma Área de Preservação Permanente – APP de 30 metros para reservatórios artificiais localizados em áreas urbanas, a partir do seu nível máximo normal, que, no caso do Lago Paranoá é a cota altimétrica 1.000,80 metros.

A decisão política de cumprimento dessa sentença deu seus primeiros passos nesta gestão, a partir do ano de 2015. O Governo do Distrito Federal, por meio de acordo com o Ministério Público, definiu cronograma e procedimentos para execução de resposta à decisão judicial. Foi posto em marcha, então, o Projeto Orla Livre, ambicioso programa de desocupação, recuperação, preservação e reocupação ordenada da Orla do Lago Paranoá, coordenado pela Casa Civil, com o objetivo de coadunar as exigências de preservação ambiental das margens lacustres com a vocação do lago de espaço simbólico, paisagístico e turístico, destinado ao usufruto democrático do cidadão de Brasília.

O Projeto Orla Livre iniciou com a desobstrução da Orla e início do Concurso Público para *Masterplan* da Orla do Lago Paranoá.

O julgamento do Concurso Público para *Masterplan* da Orla do Lago Paranoá, lançado em dezembro de 2017, ocorreu conforme programação inicial nos dias 17, 18, 19 e 20 de abril de 2018. Foram selecionadas 5 propostas classificadas de 1º a 5º lugar, uma menção honrosa e um destaque ambiental, e as equipes técnicas divulgadas após leitura da Ata de Julgamento em cerimônia pública no dia 21 de abril de 2018.

Inscreveram-se 52 equipes, de diversos locais do país, dos quais 22 entregaram propostas de alto nível técnico para o julgamento. Ressalta-se que nenhuma outra modalidade de licitação é capaz de atrair um número tão abrangente de licitantes, aumentando-se, assim, significativamente, não apenas as chances de contratação de um objeto de excelência, mas também as garantias de um processo isento, ímpeço e transparente, assegurado o anonimato das propostas. Todo o processo de julgamento transcorre sob sigilo, e os trabalhos não têm identificação dos autores, o que reforça ainda mais o grau de credibilidade do processo.

O concurso elegeu o *Masterplan* que mais dialogou com as exigências ambientais, considerando as áreas de conservação, os parques ecológicos, o zoneamento da APA do Lago Paranoá, a diversidade de usos e atividades sustentáveis, a mobilidade, o acesso da população a áreas de esporte, lazer e educação, observando a preservação do impacto da proposta na paisagem de uma cidade tombada como patrimônio da humanidade.

A equipe técnica vencedora do certame, a empresa Estúdio 41, firmou contrato de acordo com a previsão do Edital em maio de 2018 com a Segeth. A Segeth, em conjunto com a Semob e o Ibram, por meio da Portaria Conjunta nº 04 de 08 de junho de 2018, constituíram a Comissão Especial de Recebimento, Análise e Aprovação dos produtos objeto do Contrato nº 08/2018-SEGETH. A Comissão Executiva do contrato recebe os produtos e encaminha para a Comissão de Recebimento e Análise para avaliação prévia e debate em reunião. Após as reuniões, são elaborados relatórios Técnicos e encaminhados para o Estúdio 41, atenderem as considerações. A empresa também se reuniu de forma presencial após o recebimento e primeira análise de cada produto.

O Plano de Uso e Ocupação-*Masterplan* consolidado constitui mais um passo para a democratização da Orla do Lago Paranoá, será o instrumento de planejamento das ações tanto de preservação quanto de ocupação da Orla do Lago Paranoá de forma integrada e sistêmica e plano norteador das ações futuras de gestão e de desenvolvimento de projetos. No âmbito do contrato também foram desenvolvidos e aprovados os projetos básicos de três áreas para avaliação de qual o melhor modelo de implantação e execução das obras. Os produtos foram desenvolvidos conforme descrito no Edital e seus anexos.

Em relação ao Sistema SITURB-GeoPORTAL houveram as seguintes melhorias:

- Novo ambiente de Alta Disponibilidade e atualização de versão da solução para os serviços em produção Com o intuito de manter todos os serviços do sistema em produção no patamar de 24 horas/7 dias na semana (24/7), foram criados dois servidores para implantação de redundância na solução ArcGIS Server Versão 10.6.1, para publicação dos serviços disponibilizados pelo sistema, utilizando autenticação do AD para acesso dos publicadores a esses serviços.
- Migração de Sistema Operacional (S.O.) e atualização da versão do SGBD PostgreSQL Com a realização de um Prova de Conceito (POC) com o objetivo de implantar o SGBD PostgreSQL Versão 10.3 em um Sistema Operacional Linux, para hospedagem do banco espacial, seguindo as recomendações do fabricante da Solução GIS e do próprio fabricante do SGBD, sendo assim, após realizar diversos testes de performance e desempenho do banco no que se refere a consulta e edição de dados utilizando ao ferramenta ArcGIS, o mesmo mostrou desempenho muito superior ao banco que utilizamos hoje em um S.O. Windows, diante desse cenário satisfatório, foram criadas duas VMs com S.O. Oracle Linux, Kernel Version Red Hat Enterprise 7.5, onde uma já encontra-se em fase final de testes para compor o ambiente de produção e homologação do banco espacial.

O SITURB é um sistema instituído pela Lei Orgânica e pela Lei Complementar nº 803, de 27 de abril de 2009, referente ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Esses marcos legais atribuem ao SITURB o objetivo de produzir, organizar e disseminar informações sobre o território e sua população.

De acordo com o Decreto nº 37.612 de 09 de setembro de 2016, que instituiu a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal, o SITURB é a estrutura tecnológica da IDE/DF que reúne metadados, dados e geoserviços produzidos por entidades públicas e privadas participantes, e fornece acesso a estes. Desta forma, a SEGETH disponibiliza, em seu site, acesso às geoinformações, metadados e aos geoserviços das entidades participantes da IDE/DF por meio do Geoportal.

Atualmente a CAESB, DFTRANS, SINESP, TERRACAP, DETRAN/DF e ADASA já publicam no Geoportal, seus dados georreferenciados por meio de geoserviços. O DER e a NOCACAP estão preparando suas bases de dados para publicação.

Foram promovidas reuniões e suporte para instalação de softwares livre em outros órgãos interessados em participar da IDE/DF, tais como: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado da Criança e Secretaria de Limpeza Urbana. Estes últimos não possuem técnicos dedicados à preparação de bases de dados georreferenciadas o que dificultou o avanço dos trabalhos.

O Geoportal registrou 182.060 acessos de 01 de janeiro de 2018 à 31 de outubro de 2018, com uma média de tempo de permanência no site de dois minutos e vinte segundos.

Foram oferecidos cursos e palestras para estudantes e profissionais sobre o acesso e uso do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF.

Disponibilização de Dados de Interesse Público no Portal de Dados Abertos do Governo do Distrito Federal: Processos na CAP e Dados Georreferenciados - SITURB/SEGETH.

Disponibilização para CAESB da Solução SITUR/GeoPortal através da rede GDFNet

Implantação do Portal - Chamamento Público SEGETH CONPLAN - <http://www.chamamentopublico.segeth.df.gov.br/> - Visa a garantia da participação de toda sociedade civil do Distrito Federal na gestão do território, no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano; Cadastro das entidades interessadas; Possibilidade de Uploads de Documentos pela Internet e Disponibilização de relatórios.

Implantação da Base do Conhecimento - <http://intranet/base-conhecimento/> - um repositório digital de documentos, cujo objetivo é disponibilizar o conhecimento gerado pelos servidores e colaboradores da SEGETH.

Implantação do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, que tem por objetivo a elaboração de uma base de dados cadastral, contendo informações atualizadas da área urbana do Distrito Federal, visando facilitar o planejamento, gestão e fiscalização das intervenções urbanas.

No ano de 2018 a Segeth, por meio de seu corpo técnico realizou 24 levantamentos topográficos georreferenciados, contabilizando uma área levantada na ordem de 3.254.909,780 m<sup>2</sup>.

Por fim, esta Secretaria participou de vários grupos de trabalho ou comissões coordenadas por outros Órgãos:

- Participação na Equipe de Acompanhamento e Avaliação dos produtos do Contrato nº 002/2016 - ACJUR/TERRACAP, nomeada através da Ordem de Serviço nº 017/2016 - DITEC/TERRACAP, para analisar os produtos referentes à Base Cartográfica Cadastral do Distrito Federal;
- Participação no Grupo Técnico Executivo do Comitê Executivo de Gestão Estratégica da Informação - CEGEI, instituído por meio do Decreto nº 38.141, de 20/04/2017;
- Participação no Comitê Gestor de Planejamento e Implantação do Centro Integrado de Operações de Brasília - CG/CIOB, instituído por meio do Decreto nº 39.227, de 10/07/2018;
- Participação no Comitê Gestor de Manutenção de Patrimônio do Distrito Federal - CGPMDF, instituído por meio do Decreto nº 37.065, de 20/01/2016
- Participação no Grupo de Trabalho de Georreferenciamento - GTG para levantamento do patrimônio público do DF, em especial: viadutos, passarelas, pontes, barragens, rodovias, aquedutos, canais e cortinas de contenção, instituído por meio da Portaria nº 121/2018;
- Grupo de Trabalho para identificar imóveis de propriedade do Distrito Federal que não estejam atingindo toda a potencialidade de sua função social, instituído por meio da Portaria Conjunta nº 8/2018;
- Participação no Grupo de Trabalho para elaboração do PPCUB, instituído por meio da Portaria nº 112/2018;
- Participação no Grupo de Trabalho para elaboração dos Limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal;
- Participação no Grupo de Trabalho de Endereçamento das Quadras QN e QR 204 Samambaia Norte;
- Participação no Grupo de Trabalho de Licenciamento Integrado;
- Participação no evento MundoGEO Connect 2018;
- Participação no Seminário: Geo nos Municípios Inteligentes, do MundoGEO Connect 2018;
- Participação no Seminário: Proposta de Normas de Levantamentos Cadastrais do Sinter, do MundoGEO Connect 2018;
- Participação no Seminário: Regulação do Georreferenciamento no Brasil - Desafios da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE;
- Grupo de trabalho para atualização do Limite do Distrito Federal - parceria entre IBGE, SEGETH, Instituto Mauro Borges e TERRACAP.
- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal - CONDEPAC. Conforme publicado o Decreto nº 39.446 no Diário Oficial do Distrito Federal de 13 de novembro de 2018.
- Comitê Distrital da Reserva da Biosfera.
- Conselho de Saneamento - CONSAB.
- Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF.
- Comitê de Segurança Viária do Distrito Federal da SEMOB.
- Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Maranhão DF.
- Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do rio Paranaíba DF.
- Fórum Distrital do Clima.
- Comissão de Coordenação Técnica do ZEE.
- Conselho de Desenvolvimento Econômico.
- Grupo de Trabalho de Podas e Paisagismo, no âmbito do CONAM.
- 8º Fórum Mundial da Água.
- Conselho do Meio Ambiente - CONAM.
- Conselho de Recursos Hídricos - CRH.
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - Câmara Técnica Legal e Institucional - CTIL.
- Programa Integrado de enfrentamento da Crise Hídrica - PICH.
- Grupo de Trabalho de regularização dos Contratos Específicos para áreas rurais em zona urbana.
- Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua - CIAMP Rua - DF.
- Acordo de Cooperação Técnica IPHAN e GDF nº 01/2015.
- Grupo de Trabalho para discussões técnicas das correções de pontos conflituosos na Portaria IPHAN nº 166.
- Comissão Técnica Interinstitucional para realizar análise e acompanhar o processo de aprovação de projetos de infraestrutura cicloviária.
- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal - CONDEPAC.
- Participação na elaboração e gestão do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018-Gestão Compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais.
- Participação na elaboração e gestão do Acordo e Cooperação Técnica nº 2017/102.0-Parque Bosque dos Constituintes.

Por fim, importante relatar alguns trabalhos e estudos em andamento:

- Em fase de revisão da Minuta do Projeto de Lei sobre Estudos de Impacto de Vizinhança.
- Diretrizes Urbanísticas (PUI - Basevi (Sobradinho); PUI - Serra Verde (Sobradinho); PUI - Jardim Oriente (Planaltina); PUI - Sol Nascente (Planaltina); PUI - Granja Modelo; Aeroporto Internacional de Brasília; Vargem Bonita no Park Way.
- Relatório Técnico com achados para acompanhamento do Plano de Verificação Estudo de Caso da Samambaia.
- Relatório técnico com achados para acompanhamento do Plano de Verificação Estudo de Caso do Noroeste.
- Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV do Park Premium, aguardando interessado apresentar estudo comparativo de tráfego entre o projeto original, que integrava o EIV, e o novo projeto apresentado para o empreendimento.
- Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV do Centro Comercial Sobradinho (Saga Malls), parecer técnico em elaboração, com as exigências necessárias para complementar o EIV, apresentado pelo interessado.
- Minuta de Termo de Compromisso do Setor do Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos e Trecho 1 de Múltiplas Atividades Sul - SGCV/SMAS.
- Minuta de Termo de Compromisso da Avenida do Contorno e Central - Áreas Especiais - Guará II.
- Termo de Referência da Uniplan - Avenida Pau Brasil, Lote 2, Águas Claras, aguardando EIV para análise.
- Emissão de 24 Certidões de Conformidade com a Legislação de uso e ocupação do solo para atender exigência do licenciamento ambiental conforme Resolução do CONAMA 237.

- Emissão de 3 Certidões nos termos do Provimento nº 02/2010 do TJDF.
- Coordenação da 6ª Conferência Distrital das Cidades.
- Procedimentos para regularização fundiária de acordo com os termos da Lei 13.465.
- Proposta de alteração da Lei Distrital nº 4.996/2012, que regulamenta a Legitimação Fundiária no DF, em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana.
- Minuta de Decreto para regulamentação da Legitimação Fundiária no DF, em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana.
- Elaboração de PLC para alterar o PDOT no que diz respeito à Estratégia de Regularização Fundiária em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana.
- Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.
- Revisão do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS e elaboração em andamento do Decreto de estruturação do plano.
- Definição de critérios para o reconhecimento de Núcleos Urbanos Informais, suas poligonais e as modalidades de Reurb.
- Estudo para Nota Técnica e Justificativa da Minta de Decreto da Locação Social.
- Estudos e Modelagem da Linha de Ação Moradia Primeiro, para provimento habitacional da população em situação de rua.
- Estudos sobre Reabilitação e *Retrofit* de edifícios para inserção de habitação de interesse social.
- Revisão dos Cadernos: Diagnóstico da Regularização Fundiária Urbana no DF; Novas ZEIS no DF; Regularização Fundiária da Vila Planalto; Regularização Fundiária do Setor Tradicional de Planaltina.
- Elaboração dos Cadernos: Regularização Fundiária dos PUI; Reurb - Marco legal; e Reurb - Metodologia.
- Análise técnica para locação de equipamento urbano de acondicionamento de resíduos do tipo Ponto de Entrega de Pequenos Volumes – PEV (denominados “Papa Entulho”) e Contêineres semi-enterrados de acondicionamento de resíduos sólidos.

#### **4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE**

##### **Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.**

No ano de 2018, a Segeth enviou esforços para entregar as ações iniciadas no ano de 2017, de grande relevância para a população do Distrito Federal, a realização do Concurso Masterplan Orla Livre, o envio do Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo, a publicação do novo Código de Obras e Edificações, a informatização total do processo de licenciamento na Coordenação de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos, iniciou com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI e a versão WEB do Sistema da CAP – SISCAP, o que tornou possível a entrega online dos projetos de arquitetura, a elaboração de Diretrizes Urbanísticas, Projetos Urbanísticos, Projetos Edifícios para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal e demais instrumentos normativos.

Apesar das limitações orçamentárias e financeiras por que passa o Distrito Federal, a Secretaria buscou alternativas como parcerias com outros Órgãos visando a manutenção e melhoria dos serviços prestados.

Elaborado o Planejamento Estratégico Institucional 2018-2020, com o apoio da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – Seplag, o qual define a Missão, Visão e Valores da Instituição e aborda os objetivos estratégicos, bem como as ações a serem realizadas para o alcance da Visão estabelecida.

Iniciado o trabalho de Modelagem de Processo Organizacional com o mapeamento dos Processos de Regularização de Templos e Entidades Sociais e Regularização Fundiária, com a parceria com a Escola de Governo com a realização de treinamento específico para servidores da Segeth.

Iniciado o Programa de Integração dos Licenciamentos Ambiental e Urbanístico em parceria com a Secretaria de Projetos Estratégicos, Secretaria de Meio Ambiente e o Instituto Brasília Ambiental.

Para os próximos anos, os desafios estarão pautados na transição do governo, buscando dar continuidade nas ações relevantes da Secretaria, visando manter os bons serviços prestados à população e melhorar aqueles que não estão a contento.

Percebe-se ainda, que o quadro de pessoal tende à redução, visto que muitos servidores do quadro efetivo estão próximos do tempo necessário à aposentadoria.

#### **Identificação dos Responsáveis**

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: FLAVIA DEMARTINI DE MORAIS FEITOSA

Telefone: (61)3214-4410 e-mail de contato: flavia.demartini@segeth.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: CARLA ALVES DE OLIVEIRA

Telefone: (61)3214-4056 e-mail de contato: carla.alves@segeth.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Telefone: (61)3214-4101 e-mail de contato: mateus.oliveira@segeth.df.gov.br

Assinatura: \_\_\_\_\_